



RELATO FINANCEIRO

2025

Fundo de Pensões BPI Vida PPR



ÍNDICE

RELATO FINANCEIRO

Relatório de Gestão	3
Introdução	4
Conjuntura Económica e Financeira	6
Investimentos	10
Demonstrações Financeiras	25
Demonstração da Posição Financeira	26
Demonstração de Resultados	26
Demonstração de Fluxos de Caixa	27
Notas às Demonstrações Financeiras	28



RELATÓRIO DE GESTÃO



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

ENQUADRAMENTO

- O Artigo 152.º da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, determina que anualmente deve ser elaborado um relatório e contas para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- A Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

Fundo de Pensões BPI Vida PPR

- O Fundo de Pensões BPI Vida PPR é um fundo de pensões aberto de adesão individual, que tem como finalidade a prossecução de Planos Poupança Reforma. O seu objetivo é o de proporcionar aos seus contribuintes (pessoas singulares ou pessoas coletivas) o estabelecimento de um plano de poupança reforma individual de longo prazo.
- Entende-se por contribuintes as pessoas singulares que adquiram unidades de participação do Fundo ou as pessoas coletivas que adquiram unidades de participação a favor e em nome dos seus empregados.
- Os participantes podem exigir o resgate do valor acumulado neste Fundo de Pensões nas condições legalmente estabelecidas para reembolso dos PPR's.
- Durante o ano de 2025 não se registaram alterações relevantes na gestão do fundo de pensões.
- Em 31 de dezembro de 2025, o valor total do Fundo de Pensões BPI Vida PPR ascendia a 1 321 261 euros.



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

Fundo de Pensões BPI Vida PPR

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

	(valores em euro)
Valor do fundo em 31-12-2024	1 355 144
Contribuições	30 547
Benefícios Pagos	(89 514)
Transferências	(849)
Prémios de Seguros	-
Rendimento Líquido	25 933
Valor do fundo em 31-12-2025	1 321 261

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

EUA

Apesar das tensões geopolíticas, a atividade nos EUA continuou a mostrar sinais de robustez em 2025. A procura interna continuou a impulsionar o crescimento económico e, após contribuir com 0,7 p.p. para o aumento trimestral de 1,1% do PIB no 3T (em resultado da aceleração no consumo público e privado, que mais do que compensou a quebra no investimento fixo), os dados mais recentes refletem um consumo dinâmico também no último trimestre do ano. Na mesma linha de robustez, o PMI compósito manteve-se em níveis confortáveis no final do ano (52,7 pontos), acima da marca dos 50 pontos que separa expansão de contração económica (ainda que com comportamentos distintos em determinados momentos entre o setor dos serviços e da indústria). Assim, no conjunto do ano, a economia poderá ter crescido em torno de 2,1%, -0,7 p.p. face ao registado em 2024, um comportamento surpreendente considerando o contexto de elevada incerteza que marcou o ano de 2025. A boa performance económica deste país estará também relacionada com um maior relaxamento da política monetária. De facto, a Fed continuou a aplicar cortes nas taxas de juro, com um primeiro corte de 25 p.b. em setembro. No total, reduziu em 75 p.b. a sua principal taxa de referência (com dois cortes da mesma magnitude em outubro e dezembro) face ao pico atingido em 2023, colocando a fed funds rate em 3,50%-3,75% no final do ano. No entanto, o ano foi marcado por divergências no seio do Federal Open Market Committee (FOMC), com tomadas de decisão longe da unanimidade entre votantes. Espera-se que os níveis atuais das taxas de juro ajudem a estabilizar o mercado de trabalho, levando à convergência da inflação para a meta dos 2% (em dezembro, a inflação global fixou-se em 2,7%).

As perspetivas de crescimento económico para 2026 continuam otimistas, embora haja incerteza relacionada com as tensões geopolíticas (Irão, Gronelândia), assim como no que diz respeito a eventuais alterações na política tarifária imposta pelo governo liderado por Donald Trump (em 2024 e de acordo com o FMI, a tarifa efetiva média aplicada às exportações para os EUA atingiu 18,5%). Por um lado, a economia dos EUA será suportada pela política fiscal e monetária menos restritiva (perspetivam-se dois cortes na fed funds rate no decorrer do ano, com expectativa do primeiro corte a ocorrer em junho, seguida de um adicional em outubro), enquanto a política comercial com a China mantém-se estável após ter sido alcançado um acordo de tréguas, por forma a reduzirem-se as tarifas até novembro de 2026 e com o objetivo de reduzir o controlo às exportações. Assim, para 2026, o crescimento da atividade económica deverá situar-se em torno de 2,5%. No entanto, os riscos associados à recente escalada de tensões geopolíticas (particularmente no Médio Oriente, Ucrânia, Ásia e América Latina) pode resultar em choques negativos na oferta, com impacto nas cadeias de abastecimento globais.



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Zona Euro

O panorama económico de 2025 revelou dinâmicas divergentes entre os principais blocos: os EUA demonstraram resiliência, embora com uma ligeira desaceleração face ao ano anterior, enquanto a Zona Euro manteve uma trajetória frágil. Apesar da recuperação face a 2024, a economia europeia continuou marcada por disparidades significativas entre os seus Estados-Membros. De facto, a taxa média de crescimento para o conjunto de 2025 foi de 1,5% (acima dos 0,8% registados em 2024), com todas as principais economias a contribuíram para esse resultado. A falta de dinamismo (resultando num crescimento modesto) explica-se pela situação divergente entre as duas grandes economias da região. A Alemanha, por um lado, continua a evidenciar dificuldades estruturais (tendo crescido apenas 0,3% em 2025, após dois anos de recessão económica), penalizada pelo setor industrial em transformação energética e por um setor dos serviços sem o impulso necessário para reverter a situação global, evidenciando ainda um recuo nas exportações. Por outro lado, França surpreendeu ligeiramente pela positiva ao crescer 0,9% no conjunto do ano, resultado inferior ao verificado no ano anterior (1,1%), fruto do dinamismo das exportações. Esta fraqueza económica é agravada por fatores desfavoráveis: na Alemanha, o atraso na libertação dos fundos aprovados para planos de investimento e defesa explica o motivo para o impacto no crescimento ter sido praticamente nulo até então (efeitos só serão evidentes no crescimento de 2026). França, por seu lado, continua mergulhada numa crise política, desencadeada pela dificuldade na aprovação do orçamento de 2026 num parlamento altamente fragmentado. A economia italiana manteve um crescimento modesto: o PIB em 2025 cresceu 0,7% (igual a 2024). No entanto, o muito ligeiro dinamismo na atividade no conjunto da economia dos países do euro, dá confiança na luta contra a inflação, o que permitiu avançar com a descida das taxas de juro de política monetária: o BCE desceu em 100 p.b. as suas taxas de juro, colocando a taxa de juro em 2,0% no final de 2025. Em dezembro, a inflação global na Zona Euro atingiu a meta dos 2,0%, não sendo por isso descontado pelos mercados cortes adicionais por parte do BCE nas taxas de juro de referência.

As perspetivas de crescimento para a Zona Euro continuam bastante débeis para 2026, sendo esperado que o PIB cresça ligeiramente acima de 1%. Em primeiro lugar, os processos de consolidação orçamental irão manter-se em 2026 para muitas economias, após anos de políticas orçamentais muito expansionistas para compensar o impacto da pandemia e da guerra na Ucrânia. Itália e França, entre outros, estão sujeitas a procedimentos por défices excessivos, o que as obriga a aplicar medidas restritivas e a cumprir um calendário de objetivos. Adicionalmente, a incerteza em torno dos cenários continua bastante elevada.

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

É certo que a assinatura do acordo comercial com os EUA, embora não seja particularmente favorável para a UE (que enfrentará uma tarifa de 15%, em comparação com menos de 2,0% anteriormente em vigor), eliminou os cenários mais adversos (escalada das contramedidas), mas reforça a ideia de que as tarifas vieram para ficar. Além disso, não se pode descartar a possibilidade de serem ainda maiores se Trump acreditar que os termos do acordo não estão a ser cumpridos (por exemplo, a UE comprometeu-se a investir cerca de 600 mil milhões de euros nos EUA, mas as decisões de investimento dependem, em última análise, das empresas). Por outro lado, os EUA continuarão a utilizar a ameaça de novas tarifas como ferramenta de "negociação". Neste sentido, a UE pretende aprovar legislação que irá impor coimas, a partir de 2027, a todas as empresas cujas cadeias de abastecimento prejudiquem o ambiente ou os direitos humanos (dessa forma, a indústria do gás dos EUA, o principal fornecedor de GNL para a Europa, seria particularmente afetada). Trump considera este tipo de medidas como "barreiras comerciais não tarifárias" e já alertou que, caso entrem em vigor, responderá com novas tarifas. A nível interno, a situação política em França continua a ser uma importante fonte de risco, com potencial para gerar instabilidade financeira na região. É expectável que o impacto do investimento planeado para a componente da defesa (aumento dos gastos) seja materializado nos anos subsequentes, com a Zona Euro a beneficiar menos do impulso de investimentos ligados à tecnologia quando comparada com outras regiões.

Portugal

O ritmo de crescimento do PIB em 2025 foi acelerando ao longo dos três primeiros trimestres (em termos homólogos, foi registado um crescimento de 1,7% no 1T, 1,8% no 2T e 2,3% no 3T), impulsionado sobretudo pela procura interna. No entanto, no 4T verificou-se uma ligeira desaceleração, ao crescer 1,9%. O ano foi ainda marcado pelo impacto da descida das taxas de juro, inflação controlada e expressiva incerteza no domínio das contas externas, em resultado do aumento das tarifas sobre as exportações para os EUA (levando à acumulação de stocks nos primeiros meses do ano). Assim, e considerando a estimativa preliminar do INE para o final de 2025, a economia portuguesa terá crescido 1,9% no conjunto do ano. Em paralelo registámos boas notícias no mercado de trabalho e nos preços. A taxa de desemprego atingiu 5,7% em novembro (constituindo um mínimo histórico) enquanto o emprego continuou a registar novos máximos. Por seu lado, a inflação manteve-se controlada ao longo do ano e muito próximo da meta dos 2% desde setembro; no conjunto do ano, a taxa de inflação desacelerou ligeiramente de 2,4% em 2024 para 2,3% em 2025, sendo de relevar a persistência da inflação dos serviços muito próximo da fasquia dos 4%.



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Quer a evolução do mercado de trabalho, quer a desaceleração da inflação contribuíram para a recuperação do rendimento real e da taxa de poupança das famílias, tendo suportado a resiliência da atividade económica. Do lado das contas públicas, espera-se um saldo orçamental ligeiramente abaixo do excedente verificado no ano anterior (que se cifrou em 0,5% do PIB), justificado pelas medidas de redução de impostos e pelo aumento permanente da despesa. Neste contexto, o rácio de dívida pública manteve a sua trajetória de redução, e deverá ter terminado o ano abaixo de 90% do PIB (face a 93,6% em 2024).

Olhando para 2026, as perspetivas continuam positivas, suportadas pela resiliência do consumo (que beneficia da robustez do mercado de trabalho), da recuperação do rendimento disponível (por via de aumentos salariais e medidas de alívio fiscal, ligeira desaceleração da inflação e taxas de juros reduzidas) e do acumular de poupanças (no 3T de 2025, a taxa de poupança aumentou para 12,5%, o nível mais elevado desde 2003, excluindo os anos da pandemia). Também parece plausível uma aceleração ao nível do investimento, pelo facto de entrarmos no último ano de execução dos fundos NGEU. Neste contexto, a economia portuguesa deverá crescer à volta dos 2% em 2026. Perante esta conjuntura, é expectável que as contas públicas apresentem ligeiros défices, refletindo a implementação de medidas fiscais que contribuem para a redução de receita e aumento de despesa. O rácio de dívida pública, por sua vez, deverá continuar a sua trajetória de descida, aproximando-se dos 86% do PIB. Os riscos decorrem, principalmente, da vertente externa, como, por exemplo, um aumento do protecionismo e/ou impacto nos preços das principais matérias-primas do eventual agravamento de fatores geopolíticos. Internamente, aponta-se a fraca execução do PRR e o seu impacto no crescimento potencial.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

Classe de Ativos	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo	Benchmark
Ações	0.0%		25.0%	
Europa	-	7.5%	-	MSCI Europe Net Total Return Euro Index
Estados Unidos América	-	5.0%	-	S&P 500 Net Total Return Index
Obrigações	35.0%		100.0%	
Dívida Pública Zona Euro	-	46.5%	-	ICE BofA 1-10 Year Euro Government Index
Dívida Privada Zona Euro	-	31.0%	-	ICE BofA 1-10 Year Euro Corporate TR Index
Mercados Emergentes	0.0%		10.0%	
Alternativos	0.0%	5.0%	10.0%	Euribor 3 meses
Liquidez	0.0%	5.0%	20.0%	Euribor 3 meses

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Investimento Responsável e Sustentável

A BPI Vida e Pensões adota uma política de investimento responsável, garantindo assim, que toma em consideração os possíveis riscos e impactos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ASG) no seu processo de investimento e que contribui para a sustentabilidade do mercado no longo prazo sem alterar o objetivo do Fundo de Pensões.

Para integrar estes princípios na prossecução de um objetivo global, a BPI Vida e Pensões tornou-se signatária dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), fazendo parte de um conjunto de investidores globais que têm um compromisso público de curto prazo de implementar e promover práticas de investimento responsáveis (<https://www.unpri.org/about>).

De uma forma geral, a BPI Vida e Pensões manifesta-se contra o investimento em empresas ou Estados que levem a cabo práticas condenáveis ou que violem tratados internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas, do qual é signatária.

A Companhia possui uma Política de Relação com o Setor da Defesa, na qual define restrições ao investimento em empresas ligadas à produção de material de defesa, e uma Política de Gestão de Risco Ambiental, que define exclusões setoriais aplicadas aos investimentos realizados diretamente pela Companhia com o objetivo de reduzir a sua exposição aos riscos ambientais e, em particular, aos riscos físicos e de transição.

Na eventualidade de uma entidade não cumprir os requisitos de seleção adotados pela Companhia, a BPI Vida e Pensões adotará uma estratégia que procure que a empresa proceda ao cumprimento dos requisitos violados com a maior brevidade possível, de uma forma compatível com a perspetiva económica de uma gestão razoável e sustentável. A estratégia poderá passar pelo envolvimento com a entidade, por medidas de mitigação dos riscos de sustentabilidade ou mesmo pelo desinvestimento parcial ou total.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

A Companhia considera importante o diálogo com as sociedades participadas, pelo que, sempre que se justifique, estabelecerá contacto direto com as mesmas, nomeadamente para transmitir sugestões que se afigurem relevantes sobre qualquer matéria de especial importância ou que reflita especial preocupação. A Companhia poderá também promover o diálogo ativo com as entidades e os gestores de ativos, quer diretamente, quer participando em ações coletivas destinadas a adotar as medidas necessárias à modificação de práticas ou atividades controversas, podendo eventualmente desinvestir em caso de incompatibilidade das atividades exercidas pela entidade.

Com o objetivo de ser um agente ativo na gestão dos seus investimentos e exercer os direitos que daí decorrem, especialmente nos âmbitos definidos pelos UNPRI, a BPI Vida e Pensões:

- Participa direta ou indiretamente em fóruns e grupos de trabalho que visam promover o diálogo com os gestores de ativos e as empresas em que investe, podendo desinvestir em caso de incompatibilidade com os aspetos anteriormente expressos ou com as suas políticas.
- Quando aplicável, e respeitando o disposto na Política de Direito de Voto, exerce os direitos de voto e participa nas assembleias gerais respeitando os objetivos e políticas de investimento e promovendo a valorização sustentável da empresa em que participa.

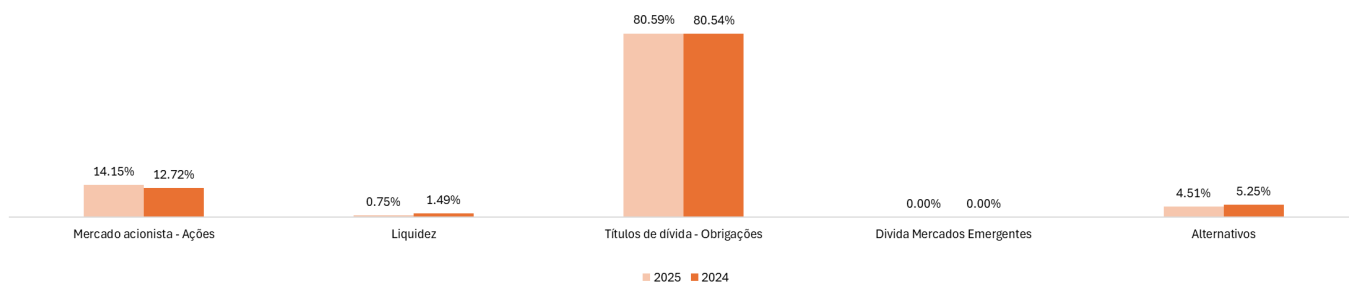
A BPI Vida e Pensões publica no seu site (www.bpividaepensoes.pt) as suas Políticas que, em conjunto, oferecem o enquadramento do modelo de investimento socialmente responsável da Companhia.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Em 2025, as aplicações do Fundo de Pensões apresentam a seguinte composição:



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%.	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%.	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão definidas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%.	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%.	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões BPI Vida PPR com a alocação a 31.12.2025:

Ativos	Política de Investimento		Alocação 31.12.2025	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Mercado acionista - Ações	0.00%	25.00%	14.15%	Cumpre
Liquidez	0.00%	20.00%	0.75%	Cumpre
Títulos de dívida - Obrigações	35.00%	100.00%	80.59%	Cumpre
Dívida Mercados Emergentes	0.00%	10.00%	0.00%	Cumpre
Alternativos	0.00%	10.00%	4.51%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões BPI Vida PPR com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período:

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	0.02%	3	n.d.
Nos últimos 3 anos	3.42%	3	5.50%
Nos últimos 12 meses	1.97%	3	3.94%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Observações

- O cálculo das medidas de rentabilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rentabilidade efetiva} = (UP_f / UP_i) - 1$$

Em que, UP_f = Valor da unidade de participação no final do período de referência

UP_i = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rentabilidade anualizada} = (1 + \text{rentabilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que, n = número de dias do período de referência da rentabilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que, r_t = rentabilidade efetiva semanal no período t

T = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rentabilidade

\bar{r} = média aritmética simples das rentabilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0.0%	0.5%
2	0.5%	2.0%
3	2.0%	5.0%
4	5.0%	10.0%
5	10.0%	15.0%
6	15.0%	25.0%
7	25.0%	

Baixo Risco			Elevado Risco			
Remuneração potencialmente mais baixa			Remuneração potencialmente mais elevada			
1	2	3	4	5	6	7

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Comentário aos Resultados

No ano de 2025 os mercados financeiros enfrentaram um período marcado por elevada volatilidade, resultante de tensões comerciais, instabilidade política e alterações significativas nas políticas monetárias. Nos EUA, a implementação de tarifas mais agressivas pela administração Trump desencadeou uma correção acentuada no início do ano, levando o índice Dow Jones a recuar 1.600 pontos em abril. O ano ficou ainda marcado no mês de novembro pelo maior *shutdown* governamental na história dos EUA, que limitou o acesso a dados económicos essenciais. Apesar destes fatores adversos, o setor tecnológico impulsionou uma recuperação sólida, permitindo o S&P 500 encerrar o ano em máximos históricos. Durante este ano, a FED procedeu a três cortes nas taxas de juro, terminando o ano nos 3.5%-3.75%. A Europa enfrentou um cenário marcado por tensões políticas e económicas. A economia alemã registou uma contração pelo segundo ano consecutivo, enquanto a França passou por sucessivas crises governamentais. O BCE iniciou o ano com cortes nas taxas de juros, mantendo-as estáveis posteriormente e o euro encerrou o ano de 2025 com uma valorização próxima de 14% em relação ao dólar.

Quanto ao desempenho dos principais índices acionistas destacamos: S&P500 +17.88%, STOXX Europe 600 +19.80%, na Alemanha o DAX30 +23.01%, no Japão o Nikkei 225 +28.65%. Em Portugal o movimento foi positivo, com o PSI20 a registar uma valorização de +29.58% devido ao bom desempenho da Teixeira Duarte SA e do Banco Comercial Português (+705.06% e 92.86%, respetivamente). Nos mercados emergentes o desempenho do índice MSCI *Emerging Markets* foi de 17.76%.

Do lado das taxas de juro, a dívida alemã a 10 anos subiu cerca de 49pb no ano, com o Bund a fechar com uma yield de 2.85%. Para a dívida portuguesa o movimento foi semelhante, com a taxa dos 10 anos a encerrar o ano em 3.15% (subida de 30pb). Nos EUA, o movimento foi de queda, com a yield da dívida dos 10 anos a encerrar em 4.17%, face aos 4.57% do final de 2024. Do lado da dívida privada, os spreads de crédito *investment grade* e dívida *high yield* estreitaram cerca de 7pb e 69pb no ano, respetivamente.

Finalmente, no que diz respeito a matérias-primas o preço do petróleo (Brent) apresentou uma queda de 18.55%, terminando o ano nos 57.42 USD. Em sentido contrário, o gás natural subiu 16.76% no ano. Nos metais preciosos destaque para o desempenho do ouro ao valorizar 64.58%, terminando o ano nos 4.319,37 USD/oz.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Neste contexto, a carteira do Fundo de Pensões do Banco BPI terminou o ano com uma valorização de 0.4%. Este desempenho resulta, sobretudo, dos contributos da componente Acionista (+0.7%) cujo peso na carteira de final de ano era de 6.1%, com destaque para as Ações Europeias, e da exposição a Imobiliário, cujo contributo foi de 2.9%, com um peso no final do ano de 23%. O segmento das obrigações registou um contributo negativo, cerca de -3.1%.

Na classe de dívida, destaque para: Obrigações de Governos da Zona Euro com um contributo de (-3.0%) cujo peso na carteira de final de ano era de 62%, dentro desta classe, as Obrigações ligadas à inflação contribuíram com (+0.2%) cujo peso na carteira de final de ano era de 13%. As Outras Obrigações – de Governos Zona não Euro e de Empresas – contribuíram com (-0.1%) e cujo peso era de 5.3% no final do ano.

As Obrigações de Governos da Zona Euro registaram um contributo negativo devido ao movimento acentuado de subida das taxas de juro, em particular nas maturidades mais longas.

A carteira de Imobiliário do Fundo de Pensões do Banco BPI, composta por 184 imóveis maioritariamente localizados em Lisboa e no Porto, teve uma performance positiva a vários níveis no ano de 2025.

A rentabilidade anual efetiva de 13,6% reflete a exposição do FP Banco BPI ao Imobiliário direto (carteira de imóveis detidas pelo Fundo) bem como a participação que detém na CTT Imoyield (imobiliário indireto). Em relação ao imobiliário direto destaque para as rendas brutas recebidas de 22,45M€, as reavaliações regulamentares líquidas positivas de 21,99M€ e as mais valias (líquidas) de 2,82M de euros relativas à venda de 15 ativos imobiliários não estratégicos realizadas durante o ano. Já relativamente à participação na CTT Imoyield salienta-se os 0.54M€ de dividendos recebidos em 2025 bem como a valorização das ações nesse mesmo período (12,6% excluindo rendimentos).

De salientar ainda, o investimento em retorno absoluto, feito através do fundo BPI Alternative Iberian Equities Long Short Fund, que registou um ligeiro contributo positivo no ano.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Sistema de gestão de riscos

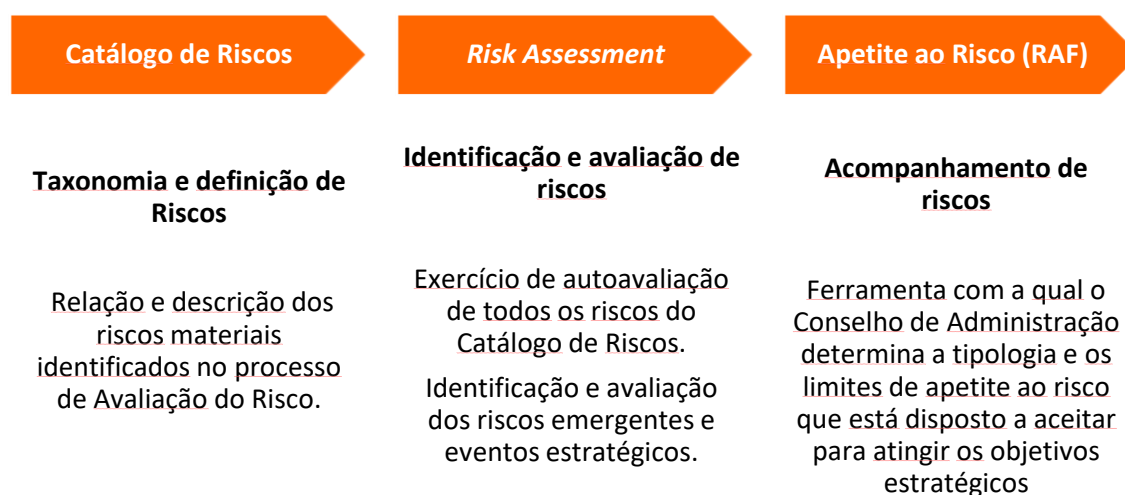
Nos pontos seguidos são detalhados os elementos-chave do sistema de gestão de riscos da BPI Vida e Pensões.

a. Governo e organização

A BPI Vida e Pensões tem estrutura organizacional e funcional disponibilizando recursos suficientes de modo a assegurar que o seu sistema de governo seja adequado em relação à natureza, volume e complexidade dos riscos inerentes à atividade desenvolvida.

b. Processos estratégicos de gestão de riscos

A BPI Vida e Pensões dispõe dos seguintes processos estratégicos de risco para identificação, medição, mitigação, monitorização, controlo e reporte dos riscos, alinhados com a metodologia do Grupo CaixaBank:



c. Cultura de risco

A cultura de risco desempenha um papel muito importante na consciência sobre o risco e sua gestão. Na BPI Vida e Pensões a cultura de risco abrange os comportamentos e atitudes face ao risco, bem como a gestão dos colaboradores, que refletem os valores, os objetivos e práticas partilhadas. Esta cultura procura influenciar as decisões da direção e dos colaboradores nas suas atividades diárias, com o objetivo de evitar comportamentos que, inadvertidamente, possam aumentar riscos ou incorrer em riscos que não podem ser assumidos.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

d. Cumprimento dos limites

As posições de risco do Fundo podem variar significativamente dependendo das expectativas de evolução do mercado, mesmo considerando as limitações de exposição a obrigações, a ações e a investimentos alternativos.

A BPI VP tem atualmente implementados métodos de controlo e mensuração dos limites a que os investimentos estão sujeitos, que garantem o rigoroso cumprimento da Política de Investimento de acordo com a legislação aplicável.

A monitorização do *compliance* regulamentar e interno específico de cada carteira é realizada sobre cada fecho da carteira, comunicando-se imediatamente os desvios aos gestores e, se for caso disso, ao responsável da área de gestão de carteiras.

Semanalmente, é produzido um relatório onde são identificadas eventuais situações de incumprimento, face ao regime prudencial ou à política de investimentos de cada carteira, contendo a justificação e a medida de correção implementada ou a implementar para a sua regularização.

Adicionalmente, e com uma periodicidade mensal, é elaborado um relatório onde são analisados todos os ativos sob gestão da Companhia e é aferida a consistência das posições financeiras com as políticas internas da Companhia, em particular no que diz respeito a indicadores geográficos, de solvência e de liquidez.

Sistema de controlo interno

O modelo de controlo interno assenta num modelo de controlo a três níveis, que garante a segregação estrita de funções e a existência de vários patamares de controlo independente:

- O primeiro nível de controlo está integrado nos procedimentos e processos das unidades operacionais que gerem efetivamente os riscos;
- O segundo nível de controlo assegura a qualidade de todo o processo de gestão; revê a coerência com as políticas internas e as diretrizes públicas dos processos relacionados; realiza controlos específicos; orienta sobre o desenho e a revisão dos processos e sobre os controlos estabelecidos nas unidades de gestão de riscos; adota as medidas de mitigação; desenvolve sistemas de avaliação e medição de risco; propõe limites de tolerância ao risco; monitoriza as exposições em relação aos limites de tolerância aprovados.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

- A função de auditoria interna, como terceiro nível de controlo, é uma função independente e objetiva de salvaguarda e consulta, concebida para acrescentar valor e para melhorar as operações. Em particular, a auditoria interna atua como terceiro nível de controlo, supervisionando as ações do primeiro e do segundo nível de controlo.

Gestão de risco

Apresentam-se de seguida a descrição dos riscos a que as Associadas, os Participantes e os Beneficiários se encontram expostos:

a. Risco de mercado

Os principais riscos de mercado advêm de variações dos preços dos títulos das carteiras, decorrentes da perceção dos investidores a fatores intrínsecos ao emitente ou aos mercados, ou ainda a fatores geopolíticos. Destacando-se o risco de spread e o risco de taxa de juro.

O risco de *spread* decorre do potencial efeito adverso de uma subida dos prémios de risco dos emitentes das obrigações detidas pela Companhia, e consequente descida dos preços de mercado desses títulos. O risco de spread é analisado numa base regular pela área de gestão de carteiras, através de medidas de sensibilidade à evolução dos spreads de crédito, nomeadamente a *spread duration*.

O risco de taxa de juro é, igualmente, analisado regularmente pela área de gestão de carteiras, com o recurso a medidas de sensibilidade à evolução das taxas de juro, nomeadamente a *duration*. Estes cálculos são também realizados pela área de controlo de gestão numa base trimestral.

De referir ainda a determinação do *Value at Risk* (VaR), que corresponde à estimativa de perda máxima esperada para uma carteira num determinado horizonte temporal com um determinado nível de confiança. Os resultados das políticas de cobertura, implementadas pelos gestores, são igualmente avaliados e consolidados, nomeadamente através dos valores do VaR determinados com e sem derivados.

b. Risco de Crédito

O risco de crédito de cada título é avaliado tendo em consideração o risco de crédito de cada emissor e a natureza de sua dívida, bem como a notação de *rating* e a probabilidade de *default*.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões BPI Vida PPR, em 31.12.2025, os riscos materiais associados eram:

Risco de Mercado				Risco de Crédito	Risco Imobiliário		Invest. Alternativos
Ações	Obrigações	Câmbio			Diretos	Indiretos	
Ações	Taxa de juro	Taxa de câmbio	Cobertura Total				
x	x	x		x			x

Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos

- Ações – Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio

Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

Lisboa, 29 de abril de 2026

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.



Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(valores em euro)

Demonstração da Posição Financeira	Notas	31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Investimentos			
Instrumentos de capital e unidades de participação	5	1 311 395	1 334 948
Unidades de Participação		1 311 395	1 334 948
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	6	11 715	23 008
Depósitos à Ordem		11 715	23 008
Total Ativo		1 323 111	1 357 956
PASSIVO			
Credores	7	1 850	2 812
Entidade Gestora		873	902
Estado e outros entes públicos		103	131
Outras Entidades		873	1 779
Total Passivo		1 850	2 812
Valor do Fundo		1 321 261	1 355 144
Valor da Unidade de Participação		7.79230	7.64193

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(valores em euro)

Demonstração de Resultados	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Contribuições	8	30 547	193 149
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	9	(90 362)	(521 823)
Ganhos líquidos dos investimentos	10	27 281	45 485
Rendimentos líquidos dos investimentos	11	22 980	26 689
Outras Despesas	12	(24 329)	(26 371)
Resultado Líquido		(33 882)	(282 871)

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(valores em euro)

Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Contribuições	8		
Contribuições dos associados		30 547	193 149
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	9		
Pensões pagas		(849)	-
Capitais vencidos (remições/vencimentos)		(89 541)	(527 643)
Remunerações	12		
Remunerações de gestão		(10 443)	(11 727)
Remunerações de depósito e guarda de títulos		(11 320)	(10 850)
Outras despesas	12		
		(3 307)	(3 087)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		(84 912)	(360 158)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos			
Alienação / reembolso dos investimentos		214 816	625 499
Rendimentos dos investimentos		22 980	27 574
Pagamentos			
Aquisições de investimentos		(163 823)	(318 175)
Outros gastos com investimentos		(194)	(194)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		73 779	334 704
Variações de caixa e seus equivalentes		(11 133)	(25 454)
Efeitos de alterações da taxa de câmbio		(159)	57
Caixa no início do período de reporte		23 008	48 404
Caixa no fim do período de reporte		11 715	23 008

O Contabilista Certificado

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões BPI Vida PPR (adiante designado por “Fundo”), foi constituído em 31 de outubro de 1996, tendo o seu regulamento de gestão sido modificado pela última vez em janeiro de 2022.

É um fundo de pensões aberto de adesão individual, que tem como finalidade a prossecução de Planos Poupança Reforma. O seu objetivo é o de proporcionar aos seus participantes/contribuintes o estabelecimento de um plano de poupança reforma individual de longo prazo.

São participantes do fundo são todos os indivíduos que decidam efetuar subscrições para o Fundo.

Tratando-se de um PPR o Fundo não paga pensões, podendo os participantes pedir o reembolso do valor das suas UPs.

2. Alterações ocorridas no plano de pensões

Durante o exercício de 2025 ocorreram alterações relevantes na gestão do fundo de pensões.

3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2025 e 2024 não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS 1 e o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

4.1. Especialização de exercícios

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007 R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;
- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Sociedade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.
- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos

ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

4.3. Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" da demonstração de resultados.

4.4. Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de gestão, são contabilizadas na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- **Comissão de gestão:** corresponde à remuneração da Sociedade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- **Comissão de depósito:** remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo.

4.5. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

4.6. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" na demonstração de resultados.

4.7. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais ("EBF"), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis ("IMT").

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, a carteira do Fundo inclui Instrumentos de capital e unidades de participação, conforme se detalha abaixo, num total de investimentos de 1 311 395 euros, representando uma diminuição de 2% relativamente a 2024.

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Custo de Aquisição	Mais/Menos Valias Contabilísticas	Mais/Menos Valias Cambiais	Juro Corrido	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação					
BPI GLOBAL INV FD - BPI ALTERNATIVE CLASE M	57 668	1 954	-	-	59 621
ETF - ISHARES CORE EURO CORP BOND (LSE)	146 408	(205)	-	-	146 203
ETF - ISHARES EURO GOV BND 1-3 (AMS)	123 827	(191)	-	-	123 636
ETF-AMUNDI INDEX EURO AGG CORPORAT(XPAR)	120 571	3 519	-	-	124 090
ETF-ISHARES BARCLAYS CAP.EURO CORP.(AMS)	4 739	(14)	-	-	4 725
ETF-ISHARES EURO GOVT 3-5Y (XAMS)	179 805	(412)	-	-	179 393
IETF - ISHARES CORE S&P 500 (XAMS) - EUR	70 587	3 579	-	-	74 167
IETF - XTRACKERS II EUROZONE GOV. (XMIL)	155 938	3 034	-	-	158 972
IETF-IS.CORE MSCI EUROPE ACC - (XAMS)	95 209	17 581	-	-	112 790
IETF-ISHARES EUR GOVT BOND 5-7YR U(XAMS)	134 267	(505)	-	-	133 762
IETF-ISHARES EUR GOVT BOND 7-10YR (XAMS)	111 916	(1 141)	-	-	110 775
IETF-ISHARES EURO CORP BND 1-5YR-(MIL)	81 824	288	-	-	82 112
IETF-SPDR BLOOMBERG 0-3 EURO CORPO(XLON)	1 150	0	-	-	1 150
Total Instrumentos de Capital e Unidades de Participação	1 283 909	27 486	-	-	1 311 395
Total	1 283 909	27 486	-	-	1 311 395

Riscos associados à carteira de investimentos

Exposição e Origem do Risco

- Risco de mercado: é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.
- Risco de taxa de juro: risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa.
- Risco de crédito: corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.
- Risco cambial: resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas.
- Risco de liquidez: consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.
- Risco operacional: resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Sociedade Gestora.

Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco

O Fundo de Pensões BPI Vida PPR considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o Value-at-Risk ("VaR") para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões BPI Vida PPR dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição ex-ante das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um benchmark, passou assim a ser aferida em cada momento através do software "PORT". Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da Bloomberg, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.

No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

Análise de sensibilidade

Conforme acima referido, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de Pensões BPI Vida PPR é o Value-at-Risk. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias.

Em 31 de dezembro de 2025, o Value-at-Risk com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês pode ser detalhado com o contributo das seguintes classes de ativos:

VaR / Carteira (%)	VaR (EUR)	Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
0.96	12 669	0.96	0.00	0.00

Quanto à exposição ao risco de taxa de juro, apresenta-se a análise de sensibilidade a variações de +/- 100 pontos base:

Sensibilidade da taxa de juro		
Impacto - 100 bps		
Valor Carteira	Valor após Impacto - 100 bps	Variação
1 321 261	1 363 259	3.2%
Impacto + 100 bps		
Valor Carteira	Valor após Impacto + 100 bps	Variação
1 321 261	1 279 263	-3.2%

6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica referia-se a depósitos à ordem domiciliados no Banco BPI, com o seguinte detalhe:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Depósitos à Ordem - EUR	11 665	19 005
Depósitos à Ordem - USD	50	4 003
Total	11 715	23 008

7. Passivo

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica respeita, essencialmente, a valores a regularizar de impostos e à entidade gestora e valores de comissões.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Entidade Gestora	(873)	(902)
Estado e outros entes públicos	(103)	(131)
Outras Entidades	(873)	(1 779)
Credores	(1 850)	(2 812)
Total	(1 850)	(2 812)

8. Contribuições

Durante o ano de 2025, existiram subscrições no valor de 30 347 euros (2024: 193 149 euros).

(valores em euro)

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Subscrições	30 547	193 149
Total	30 547	193 149

9. Pensões

Durante os exercícios de 2025 e 2024, os benefícios pagos têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Resgates	89 514	521 823
Transferências	849	-
Total	90 362	521 823

10. Ganhos líquidos dos investimentos

Abaixo são apresentadas as mais e menos valias, potenciais e realizadas contabilizadas durante os exercícios de 2025 e 2024 relativas aos investimentos detidos pelo Fundo:

(valores em euro)

Ganhos Líquidos	2025						2024
	Instrumentos de capital	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida	Numerário	Outras aplicações	Total	
Mais Valias	31 615	0	-	556	-	32 172	51 467
Menos Valias	(4 174)	(0)	-	(716)	-	(4 890)	(5 982)
Total	27 441	(0)	-	(159)	-	27 281	45 485

Face ao exercício de 2024, verificou-se uma diminuição significativa nas mais valias e uma diminuição ligeira nas menos valias na valorização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.

11. Rendimentos líquidos dos investimentos

Na seguinte tabela apresentam-se os juros obtidos durante os exercícios de 2025 e 2024 pelos investimentos detidos pelo Fundo:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Títulos de dívida pública	-	945
Outros empréstimos	22 980	25 744
Total	22 980	26 689

12. Outras despesas

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, é da sua responsabilidade efetuar os pagamentos de comissões à Entidade Gestora e ao Banco Depositário. O detalhe das comissões e outras despesas contabilizadas durante os exercícios de 2025 e 2024 é apresentado abaixo:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Comissões de Gestão Financeira	10 413	11 545
Comissão de Depósito	10 413	11 545
Comissões	20 827	23 089
Outras Despesas	3 502	3 282
Impostos e Taxas	3 502	3 282
Total	24 329	26 371

As comissões suportadas durante o exercício foram calculadas conforme segue:

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada trimestralmente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Pagamento Benefícios	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de processos tratados.

A Comissão de Gestão Financeira corresponde a 0.75% do valor global do Fundo, sendo calculada trimestralmente com referência ao valor do fundo no último dia útil de cada trimestre. Sobre a comissão de gestão incide imposto de selo, sendo que o valor apresentado no quadro acima inclui esse montante. A remuneração do banco depositário consiste numa comissão trimestral fixa de 0.1875% calculada sobre o valor da carteira de títulos no último dia de cada trimestre. Sobre a comissão de depósito incide também imposto de selo. A rubrica de comissão de depósito inclui o saldo da conta comissões com serviços bancários.

A rubrica de Outras Despesas é composta maioritariamente pelas despesas de auditoria.

Os honorários de auditoria da PwC afetos ao exercício de 2025 totalizam o montante de 2 355€, incluindo os serviços distintos de auditoria em 942€.

13. Transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas

Não existem transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas.

14. Ativos e passivos contingentes

Não existem ativos e passivos contingentes.

15. Garantias por parte da entidade gestora

Não existem garantias por parte da entidade gestora.

16. Eventos Subsequentes

As intervenções militares no Médio Oriente, que se iniciaram no final de fevereiro de 2026, criaram condições para um agravamento do ambiente de incerteza para a economia mundial e para os mercados financeiros. Não sendo possível estimar à data as potenciais consequências económicas e políticas destes acontecimentos, o Conselho de Administração irá manter o acompanhamento regular e contínuo dos efeitos dos referidos eventos adotando as medidas de resposta mais adequadas aos impactos estimados ou verificados.

Além dos aspetos referidos, à data de emissão das contas de 2025, não são conhecidos eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões BPI Vida PPR (o Fundo), gerido pela BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 1.323.111 euros e um valor do Fundo de 1.321.261 euros), a demonstração de resultados (que evidencia um resultado líquido negativo de 33.882 euros) e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões BPI Vida PPR em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000 | Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social 314.000 EUR

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

DocID: Njg0MjhOWY3ZGFhZWQ1YmQzMtZlZGRmDY4MjE1NDUxOTk1MjU1MjAxNDZ8O0xD

- d) adoção de políticas e critérios contábilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 11.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

30 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

DocuSigned by:
Carlos Maia
94AAA81AB5424C5...

Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC n.º 1138
Registado na CMVM com o n.º 20160750